

HISTORIOGRAFIA

SOBRE A HISTORIOGRAFIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO*

*Hugo Bellucco***

*Rebeca Gontijo - NUPEHC/UFF****

RESUMO: Este artigo faz um inventário da produção historiográfica sobre a classe operária no Brasil. A intenção é cobrir cronologicamente o período que se estende do início do século XX até os dias de hoje - com destaque para o período pós-50 - através da análise das principais tendências de interpretação.

PALAVRAS-CHAVE: *Historiografia; Classe Operária; Movimento Operário; Sindicalismo; Intelectuais.*

O texto faz um inventário da produção historiográfica sobre a classe operária no Brasil a partir de dois estudos recentes sobre o assunto: a monografia de **Juliana da Silva Pinto Carneiro**,

* Este artigo foi elaborado como parte do relatório semestral da pesquisa “O Mundo do Trabalho em Imagens: a educação do olhar”, coordenada pela Profª. Drª. Maria Ciavatta Franco, do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado – da Universidade Federal Fluminense, durante o último semestre de 1998.

** Hugo Bellucco, graduado em História, pela Universidade Federal Fluminense. Atuou como bolsista de Iniciação Científica (CNPq) na pesquisa “O Mundo do Trabalho em Imagens: conceitos fundamentais para a interpretação da fotografia como fonte histórica”, coordenada pela Profª. Dra. Maria Ciavatta Franco, da Faculdade de Educação da UFF, de 1997 a 1999.

*** Rebeca Gontijo, mestranda do curso de História da Universidade Federal Fluminense. Foi bolsista de Aperfeiçoamento (CNPq) da pesquisa “O Mundo do Trabalho em Imagens”, de 1996 a 1998, e bolsista de Apoio Técnico (FAPERJ) no Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (NEDDATE), de 1998 a 1999. Atualmente, integra o Núcleo de Pesquisas em História Cultural (NUPEHC), ligado ao Dep. de História da UFF.

<i>Tempos Históricos</i>	<i>M. C. Rondon</i>	<i>v.02</i>	<i>nº01</i>	<i>p. 159-193</i>	<i>Mar/2000</i>
--------------------------	---------------------	-------------	-------------	-------------------	-----------------

“*Um passeio epistemológico sobre o movimento operário brasileiro*” (CARNEIRO, 1994) – apresentada ao Curso de Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – e o artigo de **Cláudio H.M. Batalha**, da Unicamp, intitulado “*A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências*” (1998).

A intenção, ao relacionar os textos de Carneiro e Batalha, é destacar a complementaridade de ambos. São estudos que propõem cobrir cronologicamente o período que se estende do início do século XX até os dias de hoje – com destaque para o período pós-50 – através da análise das principais tendências de interpretação. Obviamente, a bibliografia citada não esgota a produção sobre o tema, mas serve para ilustrar as correntes interpretativas mais marcantes, podendo servir como texto de referência para estudos mais aprofundados.

Para compreender a produção sobre o contexto da Primeira República, o artigo “*Primeira República: um balanço historiográfico*” (1989), de **Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira**, e a primeira parte da tese “*Amarelo e Negro: Matizes do Comportamento Operário na República Velha*” (1981), de **Maria Cecília Velasco e Cruz**, serviram como orientação. A bibliografia do curso “*Classe trabalhadora e suas organizações: partidos de trabalhadores e sindicatos no Brasil pós-45*”, ministrado na Faculdade de História da UFF (segundo semestre de 1998), pelo Prof. **Marcelo Badaró de Mattos**, bem como a primeira parte de sua tese de doutoramento – “*Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*” (1996) – também forneceram informações importantes. Portanto, o presente texto é, na verdade, uma tentativa de relacionar esses trabalhos com observações recorrentes.

1. Tempos de militância: a classe operária escrevendo sua própria história (1910-1920)

Nesta parte, o foco recai sobre a produção historiográfica não acadêmica elaborada por militantes: tanto sindicalistas e ativistas políticos de esquerda, quanto jornalistas e advogados vinculados ao movimento operário nas primeiras décadas do século XX. Neste período, a “palavra” está com as lideranças da classe trabalhadora, que divulga suas demandas, principalmente nos jornais operários, mas também na grande imprensa e através de relatórios, folhetos e publicações oficiais ou semi-oficiais (CARNEIRO, 1994:5).

Cláudio Batalha observa que ainda não existe uma preocupação historiográfica central, que só aparece de modo sistemático em trabalhos produzidos nos anos 50 e 60. O autor cita a coletânea de artigos “*Apontamentos de direito operário (1905)*”, de **Evaristo de Moraes**, divulgados no jornal *Correio da Manhã*, e publicados em 1971. E, destaca os relatórios produzidos por várias associações de operários e enviados ao II Congresso Operário Brasileiro, de 1913. Esses relatórios foram publicados na coluna “*Documentos para a História*”, do jornal *Voz do Trabalhador* do n.41 de 15/10/13 ao n.61, de 01/02/15. Vários desses relatórios são reproduzidos por Pinheiro e Hall (PINHEIRO E HALL, 1983:132-72). Há, também, os folhetos publicados pela União dos Operários em Construção Civil (1919), do Rio de Janeiro; e o trabalho de **Luiz Barbosa**, *Serviços de Assistência no Rio de Janeiro*, de 1908, reeditado pela Prefeitura do Distrito Federal com o título de *Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro*, em 1920 (BATALHA, 1998:146-7).

Os jornais operários são uma fonte importante do período e contam com o **Guia dos Jornais Operários do Rio de Janeiro** – produzido por pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (1987) – que facilita a identificação e localização dos periódicos produzidos por diversas correntes do movimento. Outra referência fundamental são o **Arquivo Edgard Leuenroth** (Unicamp), o **Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro** (AMORJ/

UFRJ) e do **Instituto de História Social Brasileira** (ISHOB/Cândido Mendes). Os dois últimos possuem a coleção do ASMOB – **Archivo Storico del Movimento Operaio Brasiliano** – oriunda da Fundação Giangiacomo Feltrinelli, de Milão.

2. Anos 30 e 40: tempos de repressão

Tanto Batalha quanto Carneiro concordam que os anos 30 e 40 representam uma nova fase na discussão bibliográfica sobre o movimento operário. A conjuntura de pós-revolução inaugura um modelo de organização sindical que garante espaços institucionais para os projetos futuros de organização da classe. Porém, neste momento, observa-se a perda da “palavra” por parte dos trabalhadores. Se, até o fim da década de 20 era possível fazer referências às obras de memorialistas e jornais operários como fontes privilegiadas para o estudo da classe, a partir de 30 se tornam escassas as obras de autoria do próprio movimento.

Segundo Carneiro, o movimento sindical se apresenta com duas faces, neste período: a primeira, atrelada ao Ministério do Trabalho, e a segunda composta por sindicatos reconhecidos pelo poder oficial, mas sob o controle das lideranças de esquerda. O quadro se completa pelo aumento da repressão política, por parte do citado Ministério em articulação com a Polícia Especial, organizada por Filinto Muller, homem de confiança da política repressora do Estado Novo (CARNEIRO, 1994:17).

Entre 1932 – marco da revolta Constitucionalista, em São Paulo – e 1937, organiza-se uma Assembléia Constituinte (1933) e promulga-se a Constituição de 1934. Observa-se um esforço legislativo no sentido de atender algumas das reivindicações da classe operária: criação da Carteira Profissional (1932), instituição do salário mínimo (1936), e outras iniciativas em torno da regulamentação do trabalho.

Juliana Carneiro propõe voltar as atenções para os pensadores ditos autoritários, entre os quais se destacaram **Oliveira Viana** e **Azevedo Amaral**. Tais pensadores tinham

publicações constantes na revista *Cultura Política*. Segundo Carneiro, os pensadores autoritários têm em comum a negação às instituições liberais e a identificação da República, e seu liberalismo, com a decadência do país. De acordo com o pensamento autoritário, a Revolução de 30 representara um marco no esforço salutar de sanar os males da Primeira República (CARNEIRO, 1994:18).

Os textos deste período têm, como marca específica, o reconhecimento e o enfrentamento da questão social no Brasil, sendo freqüente o debate em torno do conceito de democracia. De acordo com a lógica autoritária, a democracia não deveria ser definida por direitos civis ou políticos mas, sim, por direitos sociais. Aos trabalhadores deveriam ser garantidos tais direitos que incluíam o reconhecimento das associações profissionais. O sindicato seria a unidade básica para a construção da sociedade (CARNEIRO, 1994:20).

A visão de uma sociedade em que não haveria conflito de classes e onde, portanto, a elaboração de um projeto político autônomo por parte dos trabalhadores não seria algo a que se devesse dedicar será, nos anos 60, o principal alvo de crítica dos estudos de Leôncio Martins Rodrigues, José Albertino Rodrigues e Azis Simão.

Carneiro também destaca o *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* (BMTIC) que, entre outras coisas, publica discursos governamentais que constituem um verdadeiro mapeamento das propostas do Estado em torno da construção da relação Estado/Movimento Sindical.

3. Os anos 50 e 60: as grandes sínteses sociológicas

Os anos 60 também são marcados pela produção militante, entre as quais se destaca a obra de **Edgar Rodrigues** (1969; 1972; s/d; 1979), de estilo hagiográfico, em defesa da função do papel legitimador das políticas das organizações ou dos indivíduos e da criação de uma cronologia própria. Observa-se, neste tipo de estudo, uma concepção teleológica da história (HAUPT apud

BATALHA, 1998:147), ou seja, a idéia da história com fins pré-determinados.

Outro trabalho citado é a coleção de artigos de **Astrogildo Pereira** escritos entre 1947 e 1961, que em 1962 saíram em livro com o título *A formação do PCB*. Cobrem o período que vai dos anos que antecedem a fundação do Partido Comunista ao terceiro congresso desse partido, realizado em 29 de dezembro de 1928 e em 4 de janeiro de 1929 (BATALHA, 1998:148).

Nesses anos, a produção militante assumiu duas formas, segundo Batalha: a das efemérides (**Linhares**, 1955) e daquilo que o autor chama de histórias “corte” ou histórias “inaugurais” (**Pereira**, 1962). As primeiras são compostas por uma descrição cronológica dos grande feitos do movimento e de suas organizações (greves, congresso, fundações de associações e partidos, etc.); as últimas, dividem a história da classe em dois momentos: uma pré-história inconsciente; e uma verdadeira história, que só se inicia com a fundação do Partido Comunista, em 1922, momento que inaugura uma nova etapa na vida da classe trabalhadora (Pereira, 1962; **Telles**, 1962) (BATALHA, 1998:147).

Um texto pioneiro, e hoje clássico, é “*O problema do sindicato único no Brasil*”, de **Evaristo de Moraes Filho**, publicado em 1952 e reeditado em 1978. Trata-se do primeiro trabalho que recupera a história do movimento operário na Primeira República.

Porém, ao longo dos anos 60, o movimento operário se tornou, sobretudo, objeto de reflexão acadêmica. Teve início no Brasil uma tradição de estudos relacionados com a classe operária. Tais estudos eram elaborados por sociólogos preocupados em construir grandes sínteses, capazes de estabelecer teorias explicativas do movimento operário e de suas opções ideológicas. Através dessas sínteses certas noções foram cristalizadas: a origem estrangeira da classe operária; o vínculo entre a introdução do anarquismo e essa origem imigrante; e a hegemonia do anarquismo no movimento sindical da Primeira República (BATALHA, 1998:148).

O estudo de **Juarez Brandão Lopes** inaugura uma linha de trabalhos que buscam a dimensão histórica a partir de casos concretos. Lopes publicou artigos nos anos 60, "*Os ajustamentos do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação*" e, 1961, "*Relações industriais em duas comunidades brasileiras*", reeditados no livro *Sociedade industrial no Brasil* (1964). A partir da análise empírica das fábricas, o autor identifica características que seriam consideradas marcantes na classe operária pós-30: origem rural e ausência de estabilidade profissional, de padrões de ação coletiva, de tradições e crenças de classe (BATALHA, 1998:148-9).

Destaca-se, também, o artigo de **Fernando Henrique Cardoso**, "*Situação e composição social do proletariado brasileiro*" (1961), onde o autor observa que desde a Primeira República inexistiam condições para que a classe se constituísse enquanto tal. A marca dos anos 1930-1940 seria a falta de liberdade sindical, num contexto caracterizado pela ausência de industrialização forte, capaz de homogeneizar as relações sociais. Posteriormente, nos anos 50, o principal traço seria a ausência de valores industriais entre esses trabalhadores sem tradição de classe. Cardoso aponta que essa situação só poderia ser remediada com a transformação da sociedade brasileira numa verdadeira sociedade capitalista urbano-industrial, "adestrando" a ação proletária à situação de classe (BATALHA, 1998:149).

Leôncio Martins Rodrigues (1966) constitui, segundo Batalha, um modelo mais acabado da síntese sociológica, que divide a história do movimento operário brasileiro em pré e pós-30. A passagem de um momento a outro seria caracterizada pela mudança na composição sociológica da classe operária, que teria como consequência mudanças nas aspirações e no comportamento político dessa classe. O pós-30 corresponderia à situação descrita por Lopes e Cardoso; já antes de 30, o operariado seria de origem estrangeira, minoritário, sem participação política, com lideranças mais voltadas para a luta contra o capitalismo e a propriedade privada do que para problemas colocados pela realidade brasileira (BATALHA, 1998:149).

José Albertino Rodrigues (1968), que pioneiramente critica 1930 como marco, aponta o descompasso entre a legislação trabalhista e o movimento sindical. Rodrigues propõe uma divisão cronológica da história do movimento operário sindical em cinco fases: 1. período mutualista (antes de 1888); 2. período de resistência (1888-1919); 3. período de ajustamento (1919-1934); 4. período de controle (1934-1945); 5. período competitivo (1945-1964) (p.149). Entretanto, Maria Cecília Velasco e Cruz aponta que, ainda assim, ele desenvolveu sua análise baseado no corte *antes de 30 / depois de 30*, delineando uma imagem combativa e independente da classe no primeiro momento e outra de uma classe sob a tutela do Estado, manipulada e burocratizada pelo regime populista de Vargas (CRUZ, 1981:12).

Azis Simão (1966) é talvez o único dos trabalhos acadêmicos desse período em que a análise histórica está fundada em uma pesquisa empírica de maior fôlego, ainda que restrita a São Paulo. Os outros trabalhos tendem a generalizar para o Brasil o que supostamente seria o caso paulista, com base em pesquisa empírica limitada (BATALHA, 1998:149-50). Implícito nessa generalização, pode-se identificar um certo viés evolucionista segundo o qual, por ser São Paulo o estado mais industrializado, o comportamento do operariado paulista serviria como paradigma para os outros casos, menosprezando-se “*a heterogeneidade das estruturas econômicas e sociais que caracterizam a formação social brasileira*” (CRUZ, 1981:12).

Sinteticamente, as interpretações sociológicas podem ser caracterizadas pela busca da compreensão do motivo pelo qual a classe operária brasileira não seguiu o modelo ideal. Tais estudos procuravam determinantes estruturais para o comportamento da classe operária, tais como: a origem rural da mão-de-obra industrial, a imigração, o tipo de inserção dos operários no ambiente de trabalho, etc., são questões relativas ao processo de formação da classe trabalhadora com o tipo de desenvolvimento capitalista ocorrido no Brasil. O objetivo era responder aos problemas colocados pela realidade política, compreendendo o modelo

populista e a heteronomia que marcava a participação política dos trabalhadores, que não podia ser dissociada do modelo corporativista de nossa organização sindical (CARNEIRO, 1994:24).

O desmonte do pacto populista com a derrubada de Jango (1964) e um comportamento operário visto como conformado frente às ofensivas da elite golpista, contrariava as expectativas de um comportamento que se enquadrasse nos esquemas clássicos da luta de classes. Assim, essa visão sociológica tendia a procurar os motivos pelos quais a classe operária no Brasil não possuiu o comportamento esperado segundo o esquema teórico que lhe reservava papéis históricos bem definidos.

O modelo corporativo é interpretado a partir de duas visões bem distintas da classe trabalhadora no Brasil. Os trabalhos de Azis Simão, Leôncio Martins Rodrigues e Albertino Rodrigues compartilham de uma mesma perspectiva de análise que mantém as determinações sociológicas, dividindo em duas fases a formação da classe operária: a primeira anterior a 1930, é marcada pela atuação de um operariado combativo e atuante, formado por imigrantes politizados. A segunda fase, a partir dos anos 30, apresenta um quadro do operariado composto por uma população atrasada, vinda do campo e acostumada com práticas paternalistas, facilmente influenciada pelos ideais populistas. A dificuldade de organização é o principal traço do período, o que torna os trabalhadores suscetíveis ao controle do Estado. A consequência seria um movimento operário entreguista e reformista (CARNEIRO, 1994:25).

4. Anos 70: os brasilianistas e o início da historiografia acadêmica

Nos anos 70, a história acadêmica entrou no campo dos estudos operários que até então estava dominado pela sociologia e, em menor grau, pela ciência política. Para isso contribuíram decisivamente os estudos acadêmicos norte-americanos especializados no Brasil e conhecidos por “brasilianistas”.

Neste grupo estão os trabalhos de **Michael Hall** (1969), que propõe uma revisão dos estudos sociológicos ao defender a tese da origem rural da maioria dos imigrantes, sem experiência industrial anterior, e sem participação política nos seus países de origem (BATALHA, 1998:150). Para esse autor, a presença do elemento estrangeiro (ao contrário do que afirmam os estudos anteriores) não teria fortalecido, mas enfraquecido o movimento operário na República Velha.

O debate sobre a imigração continua com a tese de **Sheldon Leslie Maram** (1974), na qual desenvolve uma das primeiras análises historiográficas das correntes do movimento operário na Primeira República (BATALHA, 1998:150).

Cláudio Batalha destaca que parte da contribuição dos brasilianistas também provém de historiadores conservadores no posicionamento político e na produção historiográfica, como, **J.W.F. Dulles** (1973), que apresenta um grande número de informações e pouca análise. Segundo Batalha, seu trabalho se destaca por apresentar possibilidades do uso das fontes disponíveis – em especial, a documentação reunida por Edgar Leuenroth, cujo acesso era restrito na época.

Outros importantes brasilianistas foram: **Michael L. Conniff** (1975;1976) e **Eileen Keremitsis** (1982). Esta última elaborou um dos primeiros trabalhos sobre o movimento operário brasileiro com base na comparação entre diferentes tipos de trabalhadores.

De acordo com Batalha, de um modo geral, os brasilianistas pouco se preocuparam com questões teóricas, dedicando-se mais às possibilidades de uso rigoroso das fontes, particularmente da imprensa operária (BATALHA, 1998:150).

Quanto à produção brasileira, destacam-se o artigo pioneiro de **Maria Cecília Baeta Neves**, “*Greve dos sapateiros de 1906*” (1973) e o estudo de **Boris Fausto** (1976), provavelmente o mais conhecido. Fausto se situa na trilha dos estudos sociológicos anteriores, porém adota uma perspectiva historiográfica. Batalha observa a tendência de Fausto a julgar negativamente o movimento operário do início do século. A novidade do autor é a perspectiva

comparada entre os trabalhadores cariocas e paulistas. Mas, a grande contribuição é a inserção da figura dos “amarelos”, mostrando a heterogeneidade desta corrente e negando sua associação direta a um reformismo submisso e não reivindicatório (BATALHA, 1998:151). A partir de uma estratégia comparativa entre Rio e São Paulo, o autor procura destacar o papel dos “amarelos” e a importância do projeto cultural anarquista na formação de uma identidade de classe.

Fausto recorre às fontes de imprensa e à pesquisa no **Arquivo do Estado de São Paulo**, na **Biblioteca Municipal Mario de Andrade**, na **Biblioteca Nacional** e no Arquivo Edgar Leuenroth (adquirido em 1974 pela Unicamp). Desse modo inaugura, entre os estudiosos brasileiros da classe operária, procedimentos de investigação histórica até então pouco seguidos (BATALHA, 1998:151).

Outro trabalho destacado é a tese em Ciência Política de **Luiz Werneck Vianna** (1978) – ainda na linha dos estudos sociológicos dos anos 60 – na qual o autor se preocupa em relacionar o movimento operário com a ação do Estado, construindo uma explicação histórica em grande parte apoiada sobre a legislação trabalhista e sindical de 1889 a 1946. Vianna recorre a documentos oficiais e à literatura secundária, analisando o período à luz de conceitos gramscianos, notadamente o de “revolução passiva” (BATALHA, 1998:151).

Sobre Gramsci, aliás, importa frisar que se deve, em grande parte, à sua influência nesse período (além da propalada “crise” do marxismo-leninismo, mais ortodoxo) a ênfase interpretativa nas variantes políticas do processo histórico e à diversificação do campo marxista, então hegemônico pelo estruturalismo althusseriano. Durante as manifestações pela democracia, nos anos de 1976 e 1977, seus conceitos de *sociedade civil*, *hegemonia* e *consenso* ganharam interpretações variadas tanto no campo político-partidário quanto na academia, possibilitando revisões amplas do passado recente do país e das próprias estratégias da esquerda.

Um exemplo da postura crítica às teorias sociológicas são

os trabalhos de **Francisco Weffort** (1975). Este autor defende que não se trata de desqualificar as condições estruturais, mas reconhecer que essas não se atualizam na história senão ao nível das conjunturas, único nível em que a explicação histórica pode se basear. Segundo Weffort, os condicionantes políticos da postura das lideranças sindicais do período é que devem ser buscados (CARNEIRO, 1994:27-8). Nesse sentido, ele faz uma crítica incisiva à orientação estatista do movimento sindical durante o período 45-64, elaborando a definição posteriormente consagrada de “sindicalismo populista”. Dessa forma, a inadequação do comportamento operário ao padrão deixa de ser atribuída à origem de classe e ao processo de industrialização para recair sobre as atitudes das lideranças, permanecendo no entanto a idéia de um “destino de classe” alheio às imprevisibilidades do processo histórico e ao comportamento da própria classe no seu fazer-se.

Juliana Carneiro menciona o debate entre Weffort e **Maria Hermínia Tavares** (1978), publicados na *Revista de Cultura Contemporânea*. O primeiro propõe rever criticamente a imagem que a história do movimento sindical produziu sobre seu passado e defende que as orientações do sindicato, vigentes em 1945/46, deram ao movimento operário as características que veio a possuir até 64, marcadas pelo reforço da estrutura corporativa sindical através da aliança da esquerda operária com o “movimento queremista” – setores aliados a Getúlio, em favor de sua permanência, no contexto da Assembléia Constituinte de 1946.

Weffort não poupa o Partido Comunista, acusado de estar submetido ao fascínio de uma “ideologia de Estado” (no período 1945/46). Em relação a este ponto, surge a polêmica com Tavares, para quem as correntes de esquerda do movimento operário concordam em entrar para o sindicalismo oficial como uma nova forma de resistência, uma vez que os sindicatos livres não possuíam um mínimo de estabilidade. De acordo com a autora, fazer parte dos sindicatos oficiais não significava nem aceitação total nem submissão ao projeto governamental (CARNEIRO, 1994:28).

A inserção da história operária na academia também é

marcada pelas primeiras dissertações de mestrado, nos anos 70, tais como a de **Lígia Maria Osório Silva** (1977), **Silvia Magnani** (1978) e **Maria Nazareth Ferreira** (1978). Há, também, os trabalhos de **Nícia Vilela Luz** (1975) – cuja análise da política econômica na Primeira República destaca a relação entre a classe trabalhadora e o Estado; e o de **Mariza Saens Leme** (1978) e **Angela de Castro Gomes** (1979), que enfocam o processo de industrialização e da formação da classe trabalhadora, atribuindo a esta última um papel ativo como ator político.

Em síntese, os estudos que despontam no fim dos anos 60 deixam de lado o saudosismo do operariado da Primeira República, pois “*a idéia de resgate ao trabalhador engajado que manteria a pureza ideológica operária não se sustenta como fator sociológico explicativo*” (CARNEIRO, 1994:26). O tom é da crítica ao movimento operário e sindical, responsabilizados pela dissolução da ordem liberal em 1964 (VIANNA, 1978:10).

A produção dos anos 70 emerge através da abordagem política do processo de formação da classe trabalhadora. As causas da “debilidade” da classe operária passam a ser buscadas nos elementos conscientes de sua ação, explicitada no campo organizado da política. O objeto privilegiado é a relação da classe trabalhadora com os partidos políticos e os vínculos entre partidos e movimento sindical (CARNEIRO, 1994:26).

Outra característica dos anos 70 é o interesse pelo período compreendido entre 1930-1945 – época da elaboração da legislação trabalhista e sindical – e 1945-1964 – quando o sindicalismo corporativo passa a conviver com os partidos da liberal-democracia. O objetivo é identificar as circunstâncias em que se originou este “sindicalismo complacente” e sua relação com o pacto populista do pós-30 (CARNEIRO, 1994:27), vide o estudo de **Maria Rosa Araújo** (1979).

Durante esse período, também ocorre o surgimento de centros de documentação dedicados à história operária. Além do já citado Arquivo Edgar Leuenroth, da Unicamp, foi criado, em São Paulo, 1980, o **Centro de Memória Sindical**.

No contexto internacional, destacam-se o também citado

Arquivo Storico del Movimento Operaio Brasiliano (ASMOB, ligado à Fundação Giangiacomo Feltrinelli, de Milão), criado em 1977, e o acervo relativo ao Brasil contido na coleção Max Nettlau do Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis (Instituto Internacional de História Social) de Amsterdã, que já vinha sendo explorado por brasilianistas desde o início da década de 1970 (BATALHA, 1998:151).

5. Anos 80: auge e dispersão da historiografia sobre a classe operária

O início da década de 1980 foi marcado por uma mudança conjuntural, onde se destaca o acontecimento da greve de metalúrgicos do ABC paulista, em 1978. No âmbito dos historiadores, este momento foi analisado por Kazumi Munakata no encontro regional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), em Araraquara (SP), 1980 (BATALHA, 1998:152).

Em 1982 tem início o **Projeto Memória do Trabalho Industrial no Rio de Janeiro**, cujo objetivo principal era construir um acervo documental contendo informações históricas sobre a organização e a divisão técnica do trabalho industrial, as condições do trabalho fabril, o movimento operário e sindical, etc. Tal projeto foi articulado pelo Instituto de História Social Brasileira (IHSOB, 1987), ligado à Universidade Cândido Mendes. O acervo do IHSOB é composto pela coleção ASMOB – um conjunto de documentos vindos do Archívio Storico del Movimento Operaio Brasiliano (já mencionado).

Em 1987, é fundado o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), ligado ao Laboratório de História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É um centro de documentação e pesquisa cujo objetivo é preservar a memória dos trabalhadores e suas organizações. O AMORJ reúne um acervo composto de coleções relativas às organizações e partidos vinculados à classe trabalhadora. Possui coleções particulares de

líderes sindicais, que incluem documentos escritos, bibliográficos, iconográficos, além de material sonoro e audiovisual.

Observa-se que a diminuição da repressão política, com o crescimento dos movimentos de contestação aberta à ditadura militar, possibilitou uma maior liberdade acadêmica. Batalha destaca que houve um aumento do número de programas de pós-graduação com espaço para o estudo da história da classe operária. Ao mesmo tempo, o interesse dos editores em publicar estudos sobre o tema, expressava a crescente receptividade do público leitor (BATALHA, 1998:152).

Por outro lado, observa-se a ascensão do “Novo Sindicalismo” e a necessidade de se construir uma identidade contraposta à experiência pré-64, com formas de luta e organização diversas, tidas como de massas e autônomas em relação ao Estado. Para essa definição e a afirmação da importância do Novo Sindicalismo para a redemocratização da sociedade brasileira, foram fundamentais os textos de **José Álvaro Moisés**, “*As Estratégias do Novo Sindicalismo*” (1981), e de Maria Hermínia Tavares de Almeida, “*O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança*” (1984).

Merecem destaque ainda os seguintes autores: **Ricardo Antunes** (1978), sobre a formação do Novo Sindicalismo a partir das greves do ABC em 78, com um mapeamento amplamente documentado sobre as tendências que formariam as centrais sindicais CUT e CGT, bem como o desenvolvimento do sindicalismo de resultados – que originou a Força Sindical de Antônio Medeiros. Leôncio Martins Rodrigues, em textos recentes publicados em coletâneas (**Armando Boito Jr.**, 1990; e, Angela de Castro Gomes, 1992), procura explicar a rapidez da reorganização sindical nos anos 70 pela sobrevivência de estruturas herdadas do período populista, ainda que admita a crise do corporativismo nos anos 80; além disso, destaca o papel da Igreja e sua relação com os meios sindicais como um fator importante no sentido da cobertura material e política. Armando Boito Jr., ao realçar a continuidade, a despeito dos esforços do Novo Sindicalismo, de vários aspectos da estrutura

sindical implantada na década de 30, relativiza em grande parte as rupturas dos anos 80.

Antes de ir mais adiante na historiografia brasileira, Batalha destaca a importância da produção historiográfica estrangeira, que exerceu grande influência sobre os pensadores brasileiros do período. Papel primordial coube à historiografia inglesa marxista, principalmente, aos estudos de **E.P. Thompson** (1987) e **Eric Hobsbawm** (1981;1987). Também são destacados estudos de outras orientações, tais como: **Cornelius Castoriadis** (1985); **Georges Haupt** (1988); **Michelle Perrot** (1974); **Gareth Stedman Jones** (1983); e **Herbert G. Gutman** (1977) (BATALHA, 1998:152).

Os debates estrangeiros giravam em torno de temas clássicos da história operária: a aristocracia operária (Hobsbawm, **John Foster**, **Stedman Jones** etc.); a revolução industrial (Foster, **Raphael Samuel**, **Maxine Berg**, **John Rule**); e, o processo de trabalho (**Harry Braveman**, **Stephen Marglin**, **David Montgomery**, **Benjamin Coriat**, **Patrick Fridenson**) (BATALHA, 1998:152-3).

Sob a influência estrangeira ampliaram-se os enfoques e os temas da historiografia brasileira. Segundo Batalha, “*a história operária deixou de ser unicamente a história do movimento operário organizado. Assim, sindicatos, partidos, correntes ideológicas deixaram de ocupar o primeiro plano dando lugar para a classe. Momentos de luta excepcionais cederam espaço para as condições de existência diárias, o cotidiano operário*” (**Sidney Chalhoub**, 1986; **Edgar de Decca**, 1987) (BATALHA, 1998:153).

Novos temas, anteriormente não tratados ou tidos como secundários entraram em cena, tais como: condições de trabalho (**Maria Alice Rosa Ribeiro**, 1988); processo de trabalho (**Maria Cecília Velasco e Cruz**, 1986); condições de vida do operariado (**Eulália Lahmeyer Lobo**, 1981); cultura operária (**Francisco Foot-Hardman**, 1983); mulheres operárias (**Maria Valéria Junho Pena**, 1981); correntes sindicais reformistas (Velasco e

Cruz, 1981; **Michel Zaidan**, 1981); origens da legislação trabalhista (Angela de Castro Gomes, 1988a; **Kazumi Munakata**, 1981) (BATALHA, 1998:153); revoltas populares (**Sevcenko**, 1984), movimento anarquista (**Addor**, 1986; **Maria da Conceição Pinto de Góes**, 1988), etc.

Na pauta das discussões estão os imigrantes, observados enquanto lideranças sindicais e a partir do vínculo com o anarquismo. O tema do “sindicalismo amarelo” na Primeira República é extensivamente debatido, ressaltando-se a diversidade de correntes políticas existentes nesse período. Em sua tese de doutorado, **Cláudio Batalha** (1986) defende que o “sindicalismo amarelo” pretendia atuar no limite da legalidade e, ao mesmo tempo, manter ligações com a classe trabalhadora, não devendo ser lido como uma opção imposta pelo Estado de “fora” para “dentro”. A ascensão dos amarelos poderia ser explicada pela existência, no Rio de Janeiro, de espaços de negociação entre as autoridades públicas e os trabalhadores (CARNEIRO, 1994:29).

Ocorreu também uma ampliação da cronologia: a história operária, que não ultrapassava os anos 30, invadiu o terreno anteriormente ocupado pela sociologia e pela ciência política, chegando até os anos 80 (**Annéris Maroni**, 1982). Além disso, uma tendência de pesquisa que marcou os estudos estrangeiros (anos 50/60) foi a que associava os ciclos econômicos ao movimento operário. Tal tendência praticamente inexistiu no Brasil, com exceção dos estudos de Eulália Lobo (1981) e **Eduardo Navarro Stotz** (1985). Nesse período, a historiografia coloca em pauta as questões relativas ao papel dos imigrantes como liderança sindical e sua vinculação com o anarquismo. Também ressalta a diversidade de opções políticas existentes na Primeira República (CARNEIRO, 1994:53).

A renovação historiográfica ocorrida nos anos 80 foi acompanhada pela diversificação das fontes tradicionais (fundamentalmente a imprensa e outras fontes impressas), com o recurso às fontes judiciais, à documentação policial, aos arquivos de empresas, à história oral. O acesso às fontes foi facilitado graças

à organização e publicação de inventários dos acervos reunidos pelas instituições criadas nas décadas precedentes (especialmente o AEL e o ASMOB), mas também devido às edições fac-similares de depoimentos (**Angela de Castro Gomes**, 1988b), e de diversas coletâneas de documentos (**Edgard Carone**, 1979-1984; **Paulo Sérgio Pinheiro** e Michael Hall, 1979 e 1981; **Yara Aun Khoury**, 1981) (CARNEIRO, 1994:53).

Segundo Batalha, esse processo de renovação foi acompanhado por uma crescente fragmentação do campo de estudo. A teoria cedeu espaço para estudos de caráter mais empírico. Sínteses ou histórias gerais – com raras exceções como o estudo de **Foot** e **Victor Leonardi**, (1982) ou livros para-didáticos (**Antônio Paulo de Moraes Rezende**, 1986; **José Antonio Segatto**, 1987) – foram substituídas por temas mais delimitados e circunscritos, que influíram nos recortes geográfico e cronológico. Antes, vigorava a proposta de uma história da classe operária (ou do movimento operário) representativa do Brasil, ainda que a base empírica raramente fosse nacional. Esta perspectiva foi substituída pelo estudo da cidade, do bairro ou até de uma empresa (**Elizabeth van der Weid** e **Ana Marta Rodrigues Bastos**, 1986), ao mesmo tempo em que começaram a surgir estudos sobre estados raramente tratados pela bibliografia tradicional (**Silvia Maria Belfort Vilela de Andrade**, 1986; **Eliana Regina de Freitas Dutra**, 1988; **Antônio Paulo de Moraes Rezende**, 1981; **José Arlindo Soares**, 1982). Quanto ao recorte cronológico, um período na história política ou algumas décadas cederam lugar a conjunturas mais restritas (BATALHA, 1998:153-40; CARNEIRO, 1994:29).

De acordo com Angela Gomes, a historiografia dos anos 80 pode ser dividida em três grandes linhas de investigação: em primeiro lugar, os estudos que propõem analisar as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, sendo o estudo de Eulália Lobo (1975) pioneiro; em segundo, as pesquisas preocupadas com o próprio movimento operário e sindical, com destaque para o tema da diversidade de correntes que integram o movimento. O destaque é para a tese de doutorado de Gomes (1988); por fim, os estudos

que discutem as formas de mobilização e participação política da classe trabalhadora (destacam-se os trabalhos de **José Murilo de Carvalho**, 1985, 1987) e de **Maria Alice Rezende de Carvalho** (1985) (GOMES apud CARNEIRO, 1994:30).

Para Batalha, o que tinha sido até então um campo de estudos relativamente bem definido passa a fundir-se com outros campos (estudos urbanos, cidadania e política, etc.) e chega ao final dos anos 80 em crise. Segundo o autor essa crise tem várias explicações, sendo que a fragmentação do campo de estudo e a aproximação com outras áreas conduzindo a uma crise de identidade seria apenas uma delas (BATALHA, 1994:154).

Quanto aos efeitos da crise, observa-se uma perda do interesse acadêmico pela história operária, que mal havia se consolidado institucionalmente. O que não parece ter ocorrido em países (especialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos) onde as pesquisas sobre o tema estariam consolidadas por intermédio de arquivos, centros de pesquisa, programas de pós-graduação, associações, revistas especializadas, etc. (BATALHA, 1998:154).

6. Anos 90: inovação

Contudo, mesmo em meio à crise, observa-se o início de um processo de revigoramento através da avaliação do modo como as fontes são usadas, do tratamento dado ao tema (**Marcelo Badaró Mattos**, 1996) e pela consolidação dos instrumentos e instituições que contribuem para tais estudos.

Sobre a revisão das fontes, diversos autores empreendem novas leituras das fontes tradicionais (tais como jornais, textos literários, etc.) e propõem ampliar o leque com fontes até agora pouco ou nada utilizadas, entre as quais se destacam os processos da Justiça do Trabalho ou a iconografia do movimento operário (BATALHA, 1998:156).

O movimento operário e sua memória iconográfica, especificamente, tem sido investigado por **Maria Ciavatta Franco** (1998), dentro do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre

Trabalho e Educação (NEDDATE), do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF, com uma perspectiva histórica. O trabalho tem um caráter fundamentalmente teórico-metodológico, a partir de fotografias do “mundo do trabalho” (HOBSBAWM, 1987).

A autora pesquisou, em arquivos públicos do Rio de Janeiro, fotografias produzidas pelo poder oficial – durante a República Velha (1900-1930) – que retratam o mundo do trabalho (atividades, trabalhadores, instrumentos, relações e condições de trabalho). A pesquisa busca identificar, em uma primeira etapa, qual a memória construída e preservada a partir dos acervos oficiais, produzidos, principalmente por Augusto Malta, fotógrafo oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro, de 1903-1936. Em uma segunda etapa, remete-se à memória preservada em fontes fotográficas da imprensa operária, pelos próprios trabalhadores.

A historiografia dos anos 90 procura, de um modo geral, repensar o tratamento da história operária, vislumbrando-se novos caminhos e novas preocupações. Observa-se um aprofundamento dos estudos regionais (**Silvia Petersen**, 1994); dos estudos sobre setores de produção e por categorias de trabalhadores (**Fernando Teixeira da Silva**, 1995) e, dos estudos sobre o papel do gênero no interior da classe operária (**Joel Wolfe**, 1993) (BATALHA, 1998:156).

Novos olhares sobre temas clássicos também estão presentes, como demonstram os trabalhos que, ao tratarem da história operária do pós-guerra (**Hélio da Costa**, 1995), ultrapassam os limites da análise dominante dos cientistas políticos sobre o movimento operário dito “populista” (Weffört, 1975; **José Álvaro Moisés**, 1978). Batalha destaca o livro de **John D. French** (1995), que aborda os efeitos do populismo sobre o movimento operário (BATALHA, 1998:156). Há, também, um texto de Batalha sobre o sindicalismo reformista na Primeira República (1996).

A grande novidade parece ser a ampliação do quadro cronológico, com estudos que tratam do período anterior a 1888,

rompendo assim com o que Batalha considera um marco tabu na história operária (**Hoffnagel**, 1994; **Vitorino**, 1995) (BATALHA, 1998:156).

Novos problemas têm sido discutidos por meio de estudos que procuram relativizar os binômios: liderança/liderados, indivíduo/classe, etc. Situam-se, nesse caso, os esforços para trabalhar com biografias (**Duarte**, 1991; **Schmidt**, 1996) (BATALHA, 1998:157). Também deve ser destacado o artigo de **Maria Aparecida Junqueira da Veiga Gaeta**, que analisa o papel da festa na cultura operária, com ênfase na questão da devoção religiosa no mundo do trabalho (1994).

Juliana Carneiro analisa produção historiográfica publicada em alguns periódicos onde há espaço para o tema da classe operária. Os textos observados possuem um perfil bem definido: são artigos sobre o movimento operário escritos após 1987, publicados em periódicos interdisciplinares – a autora adota a hipótese de que a interdisciplinaridade é um pressuposto consolidado para a análise da classe operária hoje – e que não fazem parte de nenhum balanço historiográfico publicado.

Os periódicos utilizados são: a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, a *Revista Estudos Históricos*, o *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, a revista *Arrabalde*, a revista *Tempo Brasileiro*, a *Revista do Rio de Janeiro*, a revista *Dados* e o periódico *Tempo Brasileiro*.

Os autores, brasileiros e estrangeiros, e os temas respectivos são relacionados da seguinte maneira, por Carneiro: **Bernardo Kocher**, o 1º de Maio (1988); **Antonio Luigi Negri**, organização por locais de trabalho (1989); **Wilma Mangabeira**, estudo sociológico sobre conjunto habitacional (1989); **Nádia Araújo** e **Antonio Sergio Guimarães**, aristocracia operária (1992) e mobilidade social (Guimarães, 1993); **Roberto Grun**, relação entre a classe média e o sindicalismo (1992); **Angela Gomes**, **Maria Celina D'Araujo**, **Regina Morel** e **Wilma Mangabeira**, sobre o imposto sindical (1993), o velho e o novo sindicalismo (Morel e Mangabeira, 1994); **Francisco Zapata**, sobre o uso da Justiça do

Trabalho pelos trabalhadores e a crise do sindicalismo na América Latina (1994); **Helena Hirata e John Humperey**, sobre a crise do sindicalismo e as trajetórias vividas pelo movimento operário (1989); **Rosilene Alvim e José Sérgio Leite Lopes**, a construção do sentimento coletivo entre famílias operárias e a discussão do conceito de gerações operárias (1990); **Eliana Pessanha** e Regina Morel, gerações operárias (1991); **Jorge Ventura Moraes**, sindicatos (1994); **Jorge Luis Ferreira**, cultura política dos trabalhadores (1990).

Carneiro considera que estes artigos contribuem com inovações para a historiografia contemporânea da classe operária. A primeira contribuição ressaltada pela autora é o caráter flexível, interdisciplinar, adotado por profissionais de diferentes disciplinas. Fica também evidente que o objeto de estudo dos pesquisadores não são apenas as estruturas que regulam as relações sociais. Valoriza-se as especificidades históricas de cada temática, o que contribui para relativizar as verdades históricas tidas como absolutas (CARNEIRO, 1994:62).

A autora também constata uma *“dimensão intersubjetiva dos atores sociais, que possibilita a penetração no domínio do simbólico em busca das identidades constitutivas dos sujeitos históricos”*. De acordo com Carneiro, este novo tipo de abordagem possibilita o tratamento das fontes históricas com características subjetivas (percepções, valores, gestos) e vivenciadas no cotidiano, tais como as fontes orais (CARNEIRO, 1994:62-3).

Enfim, é certo que a história operária adquiriu, durante os anos 70 e 80, um espaço na academia, cujo auge das pesquisas situa-se no início dos anos 80. Mas, como observa Batalha, ainda resta muito a fazer pela consolidação desta área de estudos. Há poucos encontros e revistas especializadas. Acrescente-se a ausência de projetos coletivos pois, ao contrário do que ocorre em outras ciências sociais, os historiadores não têm uma tradição consolidada de trabalho coletivo de pesquisa. Nesse sentido, destaca-se a iniciativa de Eulália Lobo (1992), com a publicação

de um livro reunindo artigos de vários autores abrangendo diversos temas relativos à história operária no Rio de Janeiro, durante o período de 1930-1970 (BATALHA, 1998:157-8).

Este breve inventário da produção historiográfica sobre a classe operária no Brasil termina com uma lacuna a ser preenchida. Esta lacuna pode ser ocupada pelos estudos interdisciplinares produzidos em áreas distintas, no âmbito local e internacional. Destacam-se os trabalhos desenvolvidos pela **Associação Latino-Americana de Estudos sobre Trabalho** (ALAST), o **Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação** (NEDDATE), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense e o **NETE – Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação**, da Universidade Federal de Minas Gerais. Além da produção no âmbito das associações científicas (**ANPOCS, ANPED, ABA e ANPUH**).

Sendo um pequeno inventário, este artigo não teve por objetivo esgotar a historiografia, mas situar cronologicamente uma gama de autores considerados significativos. Ao situar os autores no tempo, buscou-se identificar as principais tendências e sua relação com um contexto específico, pois o que o historiador “fabrica” quando “faz história” está diretamente ligado ao *lugar* que ele ocupa no contexto mais amplo da sociedade e no âmbito específico de sua disciplina (CERTEAU, 1988).

Corremos o risco de agrupar autores em torno de tendências aparentemente coesas e lineares, pois nosso objetivo era mapear em linhas gerais, de modo a facilitar a localização de um autor ou tema em relação a outros. Portanto, que sejam considerados os limites de tal empreendimento, expressos tanto em termos de omissões quanto pela classificação dos autores e tendências.

Por fim, lembramos que a abordagem de qualquer tema – entre os quais privilegiamos o tema da classe trabalhadora – com o intuito de compreender os caminhos que vem tomando a nossa história exige a reflexão sobre quem escreve, como e onde, afim de melhor situar as idéias e compreender o espaço que vem sendo ocupado pelos intelectuais.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA:

- BATALHA, Claudio M. *Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetórias e Tendências*. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
- CARNEIRO, Juliana Pinto. *Um passeio epistemológico sobre o movimento operário brasileiro*. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Departamento de História, UFF, 1994.
- CERTEAU, Michel. *A operação historiográfica*. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Amarelo e negro: matizes do comportamento operário na República Velha*. Rio de Janeiro: Tese de Mestrado, IUPERJ, 1981.
- GOMES, Angela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Primeira República: um balanço historiográfico*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989.
- HALL, Michael M. & PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Alargando a história da classe operária: organização, luta e controle*. *Remate de Males* (5). Campinas, 1985.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Niterói: Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Departamento de História, UFF, 1996.

BIBLIOGRAFIA CITADA (com acréscimos):

- ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Estado e classes trabalhadoras no Brasil (1930-1945)*. São Paulo: USP, 1978. (Tese).
- _____. *Tendências recentes da negociação coletiva no Brasil. Dados*. Rio de Janeiro: Campus, vol.24, n.2, 1981.
- _____. *O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança*. In: SORJ, Bernardo et alii. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ALVIM, Rosilene e LOPES, José Sérgio. *Famílias operárias, famílias operárias*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n.14, 1990. p. 7-18.

- ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela de. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1986.
- ANTUNES, Ricardo C. *O que é sindicalismo?* São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Scritta, 1991.
- ARAÚJO, Nádia e GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Trabalhadores influentes, indústrias recentes: revisitando a tese da aristocracia operária. *Dados*. Rio de Janeiro, vol.35, n.2, 1992.
- BARBOSA, Luiz. *Serviços de assistência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Ao Luzeiro, 1908.
- BATALHA, Claudio H.M. *Le syndicalisme "amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930)*. Paris: Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne), 1986. (Tese). Mimeo.
- _____. Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetórias e Tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo. Editora Contexto, 1998.
- BARRINGTON MOORE JR. *Injustiças: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BATINI, Tito. *Memórias de um socialista congênito*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- BERLANSTEIN, Leonard R. (org.). *Rethinking Labor History: essays on discourse and class analysis*. Urbana/Chicago: University of Illinois Press, 1993.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. What makes a social class? *Berkeley Journal of Sociology*, vol. XXXII, 1987.
- CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário: movimento operário nos anos 1917 a 1921*. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena R. (coord.). *Produção Histórica no Brasil 1985-1994: catálogo de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em história*. São Paulo: CNPq/História USP-ANPUH, 1995.
- CÂNDIDO, Antônio. *Teresina, etc.* São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Situação e composição social do proletariado brasileiro. *Sociologie du Travail* (4), 1961.
- CARNEIRO, Juliana Pinto. *Um passeio epistemológico sobre o movimento*

- operário brasileiro*. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Departamento de História, UFF, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1914)*. São Paulo: Difel, 1979.
- _____. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. *A cidade e a política: um exame da literatura brasileira*. Buenos Aires: Jornadas Argentino Brasileiras de História Social Urbana, 1985. Mimeo.
- _____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *A Revolta da Vacina*. Rio de Janeiro: Seminário Rio Republicano/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984. Mimeo.
- CARVALHO, Maria Alice de. Letras, sociedade e política: imagens do Rio de Janeiro. *BIB*. Rio de Janeiro, n.20, 1985.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CONNIFF, Michael L. Voluntary associations in Rio (1870-1945), *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, fev.1975.
- _____. *Rio de Janeiro during the Great Depression (1928-1930)*, Tese PhD, Stanford University, 1976.
- COSTA, Caio Túlio. *O que é anarquismo ?* São Paulo: Brasiliense, 1983.
- COSTA, Emília Viotti da. Estruturas versus experiência. Novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: O que se perde o que se ganha. *BIB – Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro (29), 1º semestre de 1976.
- COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Amarelo e negro: matizes do comportamento operário na República Velha*. Rio de Janeiro: Tese de Mestrado, IUPERJ, 1981.
- _____. Portos, relações de produção e sindicato: o caso do Rio de Janeiro na Primeira República. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: s.l., 1986.

- CURVELLO, M. O movimento socialista no Brasil. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). *O socialismo brasileiro*. Brasília: UNB, 1981.
- DANTAS, Reinaldo. *Visões da imprensa operária: o anarquismo e suas manifestações no Rio de Janeiro entre 1906-1920*. Niterói: Departamento de História/UFF, 1995. (Monografia).
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DIAS, Everardo. *Memórias de um exilado: episódios de uma deportação*. São Paulo: s.l., 1920.
- _____. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- DUARTE, Regina Horta. *A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1991.
- DULLES, John W.F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- DUTRA, Eliana R. F. *Alternativas do movimento operário. Belo Horizonte e Juiz de Fora (1917-1930)*. Belo Horizonte: UFMG, 1981. (Tese).
- _____. *Caminhos, operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec/UFMG, 1988.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976.
- FERREIRA, Jorge Luís. A cultura política dos trabalhadores no Primeiro Governo Vargas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n.5, 1990. p.180-196.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil, 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988 (Série Princípios, n.130).
- FICO, Carlos e POLITO, Ronald. *A história do Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP, vol.1, 1992.
- _____. *A História do Brasil (1980-1989)*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1994, v.2 (Série de dados).
- FOOT-HARDMAN, Francisco. *Nem pátria, nem patrão! (vida operária e cultura anarquista no Brasil)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. & LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos vinte)*. São Paulo: Global, 1982.

- FRENCH, John D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.
- GAETA, Maria Aparecida Junqueira da Veiga. Festa, cultura popular e cidadania: a devoção no mundo do trabalho. *Estudos de História*. Franca: UNESP, 1:131-172, 1994.
- GARCIA, Marco Aurélio. Tradição, memória e história dos trabalhadores. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. p.169-174.
- GESTEIRA, Carmen. *O papel da mulher no movimento operário no final do século XIX e início do século XX*. Niterói: Departamento de História/UFF, 1996. (Monografia, TCC 1/96).
- GITAHY, Maria Lucia Caira. *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo/ Santos, Editora Unesp/Prefeitura Municipal de Santos, 1992.
- GOMES, Angela de Castro. *As idéias anarquistas em versão carioca*. IX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Águas de São Pedro-São Paulo: Grupo de Trabalho Pensamento Social no Brasil, 1985.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.
- _____. *Burguesia e trabalho*. Rio de Janeiro: s.l., 1979.
- _____. *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988b.
- _____ e FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989.
- _____. Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise. *BIB*. Rio de Janeiro, n.24, 1987.
- _____ e D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, 1987. Mimeo.
- _____. Extinção do imposto sindical: demandas e contradições. *Dados*. Rio de Janeiro, vol.36, n.2, 1993. p. 317-353.
- GORDON, Eric; HALL, Michael M. & SPALDING JR., Hobart A. A survey of Brazilian and Argentine material at the Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis in Amsterdam. *Latin American Research Review*, 8/3, 1973.
- GRUN, Roberto. Sindicalismo e anti-sindicalismo as gêneses das novas classes médias brasileiras. *Dados*. Rio de Janeiro, vol.35, n.2, 1992.
- GUIA dos Jornais Operários do Rio de Janeiro*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1987.

- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Operários e mobilidade social na Bahia: análise de uma trajetória individual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n.22, 1993. p. 81-98.
- GUTMAN, Herbert G. Work, Culture and Society in Industrializing America. *Essays in American working-classe and social history*. Nova Iorque: Vintage Books, 1977.
- HALL, Michael M. & PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, luta e controle. *Remate de Males* (5). Campinas, 1985.
- _____. Imigração e movimento operário no Brasil: uma interpretação. In: DEL ROIO, José Luiz (org.). *Trabalhadores no Brasil: imigração e industrialização*. São Paulo: Ícone/Edusp, 1990.
- HALL, Michael M. & SPALDING JR., Hobart. The urban working class and early labour movements. In: BETHELL, Leslie (org.). *The Cambridge History of Latin America*. Cambridge/Nova Iorque/Melbourne, Cambridge University Press, 1995. V.IX (Bibliographical Essays).
- HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário ? *Revista Brasileira de História*, vol.5, n. 10, 1985.
- HIRATA, Helena e HUMPREY, John. Trabalhadores desempregados: trajetórias de operários e operárias industriais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol.4, n.11. 1989. p.71-85.
- HOBSBAWM, Eric. *Trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
- _____. *Mundos do trabalho*. Novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOFFNAGEL, Marc. Republicanismo e utopia. In: GABEIRA, Alexandrina (org.). *Sociedade e utopia*. S.l., Massangana, 1994.
- JAMES, Daniel. Something Old, Something New ? The Emerging Parameters of Latin American Labor history. Texto apresentado no *Seminário "AEL 20 Anos"*, Arquivo Edgard Leuenroth/IFCH/UNICAMP, Campinas, 1994. Mimeo.
- JONES, Gareth Stedman. *Languages of class*. Studies in English working classe history. Cambridge/Londres/Nova Iorque: Cambridge University Press, 1983.
- KEREMITSIS, Eileen. *The early industrial worker in Rio de Janeiro (1870-1930)*. Tese PhD, Nova Iorque, Columbia University, 1982. Mimeo.

- KHORY, Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo, Cortez Editora/ Autores Associados, 1981.
- KOCHER, Bernardo. Luto-luta: o 1º de Maio no Rio de Janeiro (1880-1940). *Arrabalde*. Niterói, ano I, n.2, 1988.
- LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- LOBO, Eulália. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial financeiro)*. Rio de Janeiro: IBEMEC, 1978.
- _____. *Condições de vida dos artesãos e do operariado do Rio de Janeiro de 1880 a 1920*. Nova Americana-Torino: Editora Einaudi, n.4, 1981.
- _____. & STOTZ, Eduardo Navarro. *Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário – 1880 a 1930*. Revista do Rio de Janeiro. Niterói, (1), dez. 1985.
- _____. (org.). *Rio de Janeiro operário*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1992.
- LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- LOPES, Juarez Brandão. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.
- LUZ, Vilela Nícia. *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, senhores e café: um estudo sobre a crise da cafeicultura do vale do Paraíba Fluminense (1960-1988)*. Rio de Janeiro: s.l., 1983.
- MAGNANI, Silvia Ingrid Lang. *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MANGABEIRA, Wilma. Lembranças de Moscouzinho (1943-1964). Estudo de um conjunto residencial operário. *Dados*. Rio de Janeiro, vol.32, n.2, 1989. p. 225-241.
- _____. *Os dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Rellume-Dumara, 1993.
- MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- MARONI, Amn ris. *A estratégia da recusa*. Análise das greves de maio/78. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Niterói: Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Departamento de História, UFF, 1996.
- MELAMED & PITZER. O movimento sindical no Rio de Janeiro. *Proposta*. 14(40):39-51, 1989.
- MOISÉS, José Alvaro. *Greve de massa e crise política*. Estudo da greve dos 300 mil em São Paulo: Polis, 1978.
- MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de direito operário*. São Paulo: LTrEditora, 1971.
- MORAES FILHO, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. São Paulo: Alfa- mega, 1978.
- MORAES, Jorge Ventura. Sindicato e democracia sindical: representatividade e responsabilidade política. *BIB*. ANPOCS, 1994. p.65-82.
- MOREL, Regina. *A ferro e fogo*. Constru o e crise da família siderúrgica: o caso de Volta Redonda. São Paulo: USP, 1989. (Tese).
- _____ e MANGABEIRA, Wilma. Velho e novo sindicalismo. Um estudo comparativo com trabalhadores da Siderúrgica Nacional. *Dados*. Rio de Janeiro, vol.37, n.1, 1994.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935-1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MUNAKATA, Kazumi. O lugar do movimento operário. In: CASALECHI, J. E. e TELAROLLI, A. (orgs.). *Movimentos Sociais. Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo*. Araraquara, ANPUH/UNESP. 1980.
- _____. *A legisla o trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Col. Tudo   História, 32).
- NEGRI, Antônio Luigi. Organiza es dos trabalhadores por local de trabalho (1945-1968). *Arrabaldes*. Niterói, ano I, n.3, 1989.
- NEVES, Maria Cecília Baeta. *Greve dos sapateiros de 1906: notas de pesquisa*. Revista de Administra o de Empresas, jun. 1973.
- PAOLI, Maria Célia. *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira*. Comunica o. Rio de Janeiro, Museu Nacional-UFRJ, (7), outubro 1973.
- _____; SADER, Eder e TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acad mico. *Revista Brasileira de História*, 3 (6), 1983.

- PERROT, Michelle. *Les Ouvriers en Grève – France 1871-1890*. Paris/HAIA, Mouton, 1974. 2v.
- PEREIRA, Astrogildo. *A formação do PCB*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1962.
- PESSANHA, Elina e MOREL, Regina. *Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência dos metalúrgicos no Rio de Janeiro*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n.17, 1991. p.68-84.
- PETERSEN, Sílvia. R.F. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira, Texto apresentado no *Seminário "AEL 20 Anos"*: Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth/IFCH/UNICAMP, 1994. Mimeo.
- _____ e LUCAS, Maria Elizabeth (orgs.). *Antologia do movimento operário gaúcho, 1870-1937*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS/ Tchê!, 1992.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____ & HALL, Michael M. (orgs.) *A classe operária no Brasil, 1889-1930: documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. Vol.1 (O movimento operário).
- _____ & HALL, Michael M. (orgs.). *A classe operária no Brasil 1889-1930: documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981, vol.2 (Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado).
- RÉBÉRIOUX, Madeleine. Lugares da memória operária. In: *O direito à memória – Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Dep. do Patrimônio Histórico, 1992.
- REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. *A classe operária em Pernambuco: cooptação e resistência (1900-1922)*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1987. (mimeo).
- _____. *História do movimento operário no Brasil*. São Paulo: Ática, 1986.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990. (Col. Tudo é História, 129).
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulistana, 1870-1930*. São Paulo/Campinas: Hucitec/ Editora da Unicamp, 1988.
- [RIO DE JANEIRO]. PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro (Brazil): história e estatística*. Rio de Janeiro, Typ. Do Anuario do Brazil, 1922.

- RODRIGUES, Edgar. *Alvorada operária: os congressos operários no Brasil*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.
- _____. *Socialismo e sindicato no Brasil (1875-1913)*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.
- _____. *Nacionalismo & cultura social, 1913-1922*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972.
- _____. *Novos rumos: história do movimento operário e das lutas sociais no Brasil 1922-1946*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, s.d.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.
- _____. *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- _____. Tendências futuras do sindicalismo brasileiro. In: RATTNER, Henrique (org.). *Brasil 1890*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SADER, Eder et al. *Introdução a uma história do movimento operário brasileiro no século XX*. Belo Horizonte, Veja, 1980.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *Uma reflexão sobre o gênero biográfico: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1898-1945)*. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Dissertação de mestrado em História.
- SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- _____. *A formação da classe operária no Brasil*. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1987.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SILVA, Adriana. *A variola e o rei: apontamentos para uma (re)leitura do significado cultural das barricadas de Porto Arthur, na Revolta da Vacina*. Niterói: Monografia, Departamento de História/UFF, 1993. (Mimeo).
- SILVA, Cátia. *Criança e trabalho na Primeira República*. Niterói: Monografia, Departamento de História/UFF, 1995. Mimeo.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa*. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade 1937-1968. São Paulo/Santos: Hucitec/ Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

- SILVA, Lígia Maria Osório. *Movimento sindical operário na Primeira República*. Dissertação de mestrado IFCH/UNICAMP. Campinas: Unicamp, 1977. Mimeo.
- SILVA, Sormani da. *Trabalho e coerção na cidade do Rio de Janeiro após a abolição*. Niterói: Monografia, Departamento de História/UFF, 1996. Mimeo.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. Suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1966. São Paulo: Dominus, 1966.
- SOUZA, Amaury e LAMOUNIER, Bolivar. Governo e sindicatos no Brasil: a perspectiva dos anos 80. *Dados*. vol.24, n.2. Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- SOUZA, Rodolfo. *Os espelhos da cidade* (“In memoriam”, Morro do Castelo). Niterói: Monografia, Departamento de História/UFF, s/d. Mimeo.
- TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.
- THOMPSON, E.P. *The making of the english working class*. Londres: Penguin Books, 1968.
- UNIÃO DOS OPERÁRIOS EM CONSTRUÇÃO CIVIL**. Histórico (18 de março de 1917 a 31 de dezembro de 1919): um por todos e todos por um. Rio de Janeiro: Typo-Arte, 1920.
- VIANNA, Luiz Werneck. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha sobre algumas tendências. *BIB*, n.4. Rio de Janeiro, 1978a.
- _____. Sistema político e fábrica. *Dados*, vol.24, n.2. Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- _____. Atualizando uma bibliografia: o “novo sindicalismo”, cidadania e fábrica. *BIB*, n.17, Rio de Janeiro, 1984.
- _____. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b.
- VITORINO, Artur José Renda. *Processo de trabalho, sindicalismo e mudança técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858-1912*. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1995. Mimeo.
- WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra). *Estudos CEBRAP*. São Paulo, 1973.
- _____. *Sindicatos e política*. Tese de livre docência, USP, 1975. Mimeo.

- _____. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período de 1945-64. *Revista de Cultura Contemporânea*, ano 1, n.1 e 2, São Paulo: CEDEC, 1978.
- WEID, Elizabeth van der & BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *O fio da meada*. Estratégia de expansão de uma indústria fabril: Companhia América Fabril, 1878-1930. Rio de Janeiro, FCRB/CNI, 1986.
- WILLARD, Claude e BRUHAT, Jean. Mouvement ouvrier, histoire, sciences sociales (entrevista realizada por Jacques Girault, publicada em 1972 em *La Nouvelle Critique*). *Aujourd'hui, l'histoire*. Paris: Éditions Sociales, 1974. p.180-198.
- WOLFE, Joel. *Working Women, Working Men*. São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900-1955. Durham/Londres, Duke University Press, 1993.
- ZAIDAN, Michel. *Pão e pau*: política de governo e sindicalismo reformista no Rio de Janeiro (1923-1926). São Paulo: Difel, 1976.
- ZAPATA, Francisco. Crise do sindicalismo na América Latina ? *Dados*. Rio de Janeiro, vol.37, n.1, 1994.

